

# **INVESTIMENTOS BEMGE S.A.**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Senhores Acionistas**

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Investimentos Bemge S.A. relativas aos exercícios de 01/01 a 31/12 de 2015 e de 2014, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### **RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS**

A Investimentos Bemge S.A. apresentou ao final do exercício Lucro Líquido de R\$ 14.241 mil e Patrimônio Líquido de R\$ 182.041 mil. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 6,02, enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 77,00. Os Ativos Totais atingiram R\$ 187.911 mil e estão compostos substancialmente por Aplicações no Mercado Aberto e Títulos para Negociação.

As Demonstrações Contábeis foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela CVM, e contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalva. Em atendimento as práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis, foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes na qualidade de auditores independentes do Conglomerado.

### **Procedimentos Adotados pela Sociedade**

A política de atuação da Investimentos Bemge S.A. e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2015, não foram prestados diretamente a Investimentos Bemge S.A. serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo período não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence a Investimentos Bemge S.A., serviços não relacionados à auditoria externa.

### **Justificativa dos Auditores Independentes**

A BDO RCS Auditores Independentes - não prestou, no período de janeiro a dezembro de 2015, outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2016.

A Administração

## **INVESTIMENTOS BEMGE S.A.**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **Presidente**

MARCELO KOPEL

#### **Conselheiros**

CAIO IBRAHIM DAVID

EDUARDO MAZZILLI DE VASSIMON

### **DIRETORIA**

#### **Diretor Presidente**

MARCELO KOPEL<sup>(\*)</sup>

#### **Diretores**

ALEXSANDRO BROEDEL LOPES

HENRIQUE PINTO ECHENIQUE

*(\*) Diretor de Relações com Investidores.*

#### **Contador**

REGINALDO JOSÉ CAMILO

CRC - 1SP.114.497/O-9

**INVESTIMENTOS BEMGE S.A.****Balanco Patrimonial***(Em Milhares de Reais)*

<b>ATIVO</b>	<b>NOTAS</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>107.130</b>	<b>94.208</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4b	11	15
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	2.4d, 3a e 7	106.881	93.931
Outros Ativos Financeiros	2.4d e 4a	4	-
Ativos Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	2.4e	-	28
Outros Ativos		234	234
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>80.781</b>	<b>76.972</b>
Aplicações no Mercado Aberto	2.4c e 9a	77.004	72.602
Outros Ativos Financeiros	2.4d e 4a	3.740	3.812
Ativos Fiscais	2.4e	37	558
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		-	522
Outros		37	36
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>187.911</b>	<b>171.180</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.738</b>	<b>151</b>
Provisões	2.4f e 8	2	2
Obrigações Sociais	4b	181	149
Obrigações Fiscais	2.4e	2.555	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.451	-
Outras		104	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.132</b>	<b>3.094</b>
Provisões	2.4f e 8	2.283	2.244
Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	2.4e	849	850
<b>Total do Passivo</b>		<b>5.870</b>	<b>3.245</b>
Capital Social		123.144	79.000
Reservas Integralizadas		58.715	88.753
Reservas a Integralizar		182	182
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>5</b>	<b>182.041</b>	<b>167.935</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>187.911</b>	<b>171.180</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.*

**INVESTIMENTOS BEMGE S.A.****Demonstração do Resultado***(Em Milhares de Reais)*

	NOTAS	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(1.049)</b>	<b>(989)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	4c	(434)	(414)
Despesas Tributárias		(610)	(14)
Outras Despesas Operacionais		(5)	(561)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(1.049)</b>	<b>(989)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO - Receitas Financeiras</b>		<b>22.470</b>	<b>17.416</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>21.421</b>	<b>16.427</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	2.4e e 6	(7.181)	(5.732)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.4e e 6	1	104
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>		<b>14.241</b>	<b>10.799</b>
<b>Nº DE AÇÕES</b>	<b>5a</b>	<b>2.363.936</b>	<b>2.363.936</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO - R\$</b>	<b>2.4g</b>	<b>6,02</b>	<b>4,57</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.*

**INVESTIMENTOS BEMGE S.A.**  
**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 5)**  
*(Em Milhares de Reais)*

	Capital Social	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 01/01/2014</b>	<b>79.000</b>	<b>78.057</b>	<b>182</b>	-	<b>157.239</b>
Lucro Líquido	-	-	-	10.799	10.799
Destinações:					
Reserva Legal	-	540	-	(540)	-
Reservas Estatutárias	-	10.156	-	(10.156)	-
Dividendos Provisionados	-	-	-	(103)	(103)
<b>SALDOS EM 31/12/2014</b>	<b>79.000</b>	<b>88.753</b>	<b>182</b>	-	<b>167.935</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO</b>	-	<b>10.696</b>	-	-	<b>10.696</b>
<b>SALDOS EM 01/01/2015</b>	<b>79.000</b>	<b>88.753</b>	<b>182</b>	-	<b>167.935</b>
Capitalização por Reservas	44.144	(44.144)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	14.241	14.241
Destinações:					
Reserva Legal	-	712	-	(712)	-
Reservas Estatutárias	-	13.394	-	(13.394)	-
Dividendos Provisionados	-	-	-	(135)	(135)
<b>SALDOS EM 31/12/2015</b>	<b>123.144</b>	<b>58.715</b>	<b>182</b>	-	<b>182.041</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO</b>	<b>44.144</b>	<b>(30.038)</b>	-	-	<b>14.106</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.*

**INVESTIMENTOS BEMGE S.A.**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
(Em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>14.240</b>	<b>10.695</b>
Lucro Líquido	14.241	10.799
Ajuste ao Lucro Líquido - Tributos Diferidos	(1)	(104)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES</b>	<b>(14.141)</b>	<b>(10.629)</b>
<b>(Aumento) Redução em Ativos</b>	<b>(16.735)</b>	<b>(10.632)</b>
Aplicações no Mercado Aberto	(4.402)	(6.865)
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	(12.950)	(9.422)
Ativos Fiscais	549	5.184
Outros Ativos Financeiros e Outros Ativos	68	471
<b>(Redução) Aumento em Passivos</b>	<b>2.594</b>	<b>3</b>
Obrigações Fiscais	2.555	(3)
Provisões	39	6
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>99</b>	<b>66</b>
Dividendos Pagos	(103)	(71)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(103)</b>	<b>(71)</b>
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 2.4b)</b>	<b>(4)</b>	<b>(5)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	15	20
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	11	15

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.*

**INVESTIMENTOS BEMGE S.A.**  
**Demonstração do Valor Adicionado**

(Em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
<b>RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>22.465</b>	<b>16.855</b>
Outras Despesas	(5)	(561)
Resultado Financeiro	22.470	17.416
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(434)</b>	<b>(414)</b>
Materiais, Energia, Serviços De Terceiros e Outros	(434)	(414)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>22.031</b>	<b>16.441</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<b>22.031</b>	<b>16.441</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>22.031</b>	<b>16.441</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>22.031</b>	<b>16.441</b>
Impostos, Taxas e Contribuições - Federais	7.790	5.642
Remuneração de Capitais Próprios	14.241	10.799
Dividendos Provisionados	135	103
Lucros Retidos dos Exercícios	14.106	10.696

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.*

**INVESTIMENTOS BEMGE S.A.**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014**  
*(Em Milhares de Reais)*

## **NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

A Investimentos Bemge S.A. (INVESTIMENTOS BEMGE) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Conceição – 7º andar - Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo.

A INVESTIMENTOS BEMGE tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco, mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais, e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

As operações da INVESTIMENTOS BEMGE são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (Nota 9). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2016.

## **NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão descritas abaixo.

### **2.1 BASES DE PREPARAÇÃO**

#### **Demonstrações Contábeis**

As Demonstrações Contábeis Individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da INVESTIMENTOS BEMGE no processo da aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 2.3.

A INVESTIMENTOS BEMGE não possui Outros Resultados Abrangentes.

### **2.2 PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS RECENTEMENTE E APLICÁVEIS EM PERÍODOS FUTUROS**

Durante os exercícios de 2015 e de 2014 não houve emissão de novos pronunciamentos, apenas a continuação do Ciclo Anual de Melhorias (2012 – 2015), no qual o CPC faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com o objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação.

### **2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS**

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utiliza premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão de acordo com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.



As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos estão descritas abaixo:

- a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos** - Conforme explicado na Nota 2.4e, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que a INVESTIMENTOS BEMGE irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da INVESTIMENTOS BEMGE é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos realizados no consolidado do Itaú Unibanco Holding S.A..
- b) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros** - A INVESTIMENTOS BEMGE classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 7.

A INVESTIMENTOS BEMGE acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas em detalhes na Nota 7.

- c) Ativos e Passivos Contingentes** - A INVESTIMENTOS BEMGE revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

## 2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

- a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação** - As Demonstrações Contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE estão apresentadas em Reais, que é a sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis.
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa** - A INVESTIMENTOS BEMGE define como Caixa e Equivalentes de Caixa, as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades) e Aplicações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas) com prazo original igual ou inferior a 90 dias.
- c) Aplicações no Mercado Aberto** - A INVESTIMENTOS BEMGE dispõe de operações de compra com compromisso de revenda de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda são lançados em Receitas Financeiras.

- d) Ativos e Passivos Financeiros** - Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

A INVESTIMENTOS BEMGE não possui Passivos Financeiros e classifica seus Ativos Financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação; e
- Empréstimos e Recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

## I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos adquiridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo. Os ativos incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo e as receitas de juros e rendimentos dessas operações são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Receitas Financeiras.

## II. Empréstimos e Recebíveis

A INVESTIMENTOS BEMGE classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades (Caixa e Equivalentes de Caixa), Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros.

A INVESTIMENTOS BEMGE apresenta os Outros Ativos Financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica Receitas Financeiras.

### e) Imposto de Renda e Contribuição Social - Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no exercício aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes, respectivamente.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. As obrigações fiscais diferidas são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidos.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo:

Imposto de Renda	15,00%	Contribuição Social	9,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%		

### f) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes – São direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando a Administração da INVESTIMENTOS BEMGE entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

A INVESTIMENTOS BEMGE, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

- g) Lucro por Ação** - O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da INVESTIMENTOS BEMGE pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. Como não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro diluído é o mesmo.

### NOTA 3 – ATIVOS FINANCEIROS

- a) Mantidos para Negociação** - A carteira é composta por Cotas de Fundos de Curto Prazo com valor de custo/custo amortizado e valor justo no montante de R\$ 106.881 (R\$ 93.931 em 31/12/2014).
- b) Análise de Sensibilidade** - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da INVESTIMENTOS BEMGE, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira Trading e Banking do conglomerado econômico-financeiro, conforme definido pela Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais – Basileia II. Por esta razão, não é apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta sociedade.

### NOTA 4 – DETALHAMENTO DE CONTAS

**a) Outros Ativos Financeiros**

	31/12/2015	31/12/2014
Devedores por Depósitos em Garantia	3.744	3.812
De Obrigações Legais - Provisões Fiscais	2.853	2.790
De Passivos Contingentes - Recursos Fiscais	879	1.022
De Passivos Contingentes - Recursos de Ações Cíveis	12	-
<b>Total</b>	<b>3.744</b>	<b>3.812</b>

- b) Obrigações Sociais** - Totalizam R\$ 181 (R\$ 149 em 31/12/2014) e estão compostas por Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a pagar.
- c) Despesas Gerais e Administrativas** - Totalizam R\$ (434) (R\$ (414) de 01/01 a 31/12/2014) e estão compostas, principalmente, Serviços do Sistema Financeiro R\$ (160) (R\$ (167) de 01/01 a 31/12/2014), Serviços de Terceiros R\$ (129) (R\$ (98) de 01/01 a 31/12/2014) e Contribuição Sindical R\$ (78) (R\$ (75) de 01/01 a 31/12/2014).

### NOTA 5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Capital Social** - Está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.

Em AGOE de 30/04/2015, foi deliberado aumento de capital no montante de R\$ 44.144, mediante a capitalização de Reservas Integralizadas.

- b) Dividendos** - Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Em 31/12/2015 foram provisionados dividendos no montante de R\$ 135 (R\$ 103 em 31/12/2014), à razão de R\$ 0,054 (R\$ 0,041 em 31/12/2014) por ação ordinária e R\$ 0,059 (R\$ 0,045 em 31/12/2014) por ação preferencial.

### c) Reservas

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Reservas Integralizadas - Reservas de Lucros</b>	<b>58.715</b>	<b>88.753</b>
Legal	11.743	11.031
Estatutária <sup>(*)</sup>	46.972	77.722
<b>Reservas a Integralizar - Reservas de Capital</b>	<b>182</b>	<b>182</b>

(\*) Tem a finalidade de formar recursos para: (i) absorver eventuais prejuízos de exercícios subsequentes; (ii) efetuar investimentos estratégicos para a Companhia; (iii) exercer o direito de preferência na subscrição de futuros aumentos do capital social das empresas em que a Companhia participe; (iv) realizar aumentos no capital social da Companhia; e (v) pagar os dividendos intermediários.

### NOTA 6 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A INVESTIMENTOS BEMGE apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

#### Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>21.421</b>	<b>16.427</b>
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes (Nota 2.4e)	(7.283)	(5.585)
<b>Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:</b>		
Dividendos	11	79
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	92	(122)
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(7.180)</b>	<b>(5.628)</b>

### NOTA 7 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A seguir apresentamos resumo do valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2015	31/12/2014	Níveis de Risco
	Valor Contábil / Valor Justo Estimado	Valor Contábil / Valor Justo Estimado	
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	106.881	93.931	Nível 2

(\*) Estes ativos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

De acordo com o CPCs, a INVESTIMENTOS BEMGE classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

**Nível 1:** Preços (cotações) disponíveis em mercados ativos.

**Nível 2:** Informações que não sejam preços (cotações) de ativos e passivos idênticos, ou seja, utiliza-se de *inputs* observáveis, como juros, volatilidade, etc.

**Nível 3:** Utiliza-se de *inputs* não observáveis, baseados em premissas próprias da entidade.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por

comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações no Mercado Aberto** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- b) **Ativos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima.
- c) **Outros Ativos Financeiros** – Basicamente compostos de depósitos em garantia de passivos contingentes. Os valores contábeis desses ativos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado). Todos esses itens representam ativos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

#### NOTA 8 - PROVISÕES

	31/12/2015	31/12/2014
Fiscais e Previdenciárias <sup>(*)</sup>	2.283	2.243
Outras	2	3
<b>Total</b>	<b>2.285</b>	<b>2.246</b>

(\*) Representadas pela tese: EC 10/96 (1º sem/96): Aplicação do princípio da anterioridade.

#### NOTA 9 – PARTES RELACIONADAS

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 07/10/2010, da CVM. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

	Taxa Anual	Ativos		Receitas (Despesas)	
		31/12/2015	31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
<b>Itaú Unibanco S.A. - Ligada</b>					
Aplicações no Mercado Aberto <sup>(*)</sup>	100% da SELIC	77.004	72.602	9.204	7.153
Despesas do Sistema Financeiro		-	-	(85)	(94)

(\*) Carteira composta por Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada com vencimentos acima de 365 dias.

- b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da INVESTIMENTOS BEMGE são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

#### NOTA 10 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) **Gerenciamento de Riscos e Capital** - A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O gerenciamento de risco é o processo onde:

- São identificados e medidos os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovadas políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos;
- A carteira é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital e na liquidez.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizada de forma centralizada, visando assegurar que os riscos do conglomerado Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições do conglomerado aos riscos, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Cumpra a essa estrutura acompanhar as demandas regulatórias feitas à instituição líder do conglomerado. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site de [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos – Circular 3.477, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

## I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo o risco das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464, do CMN e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais do conglomerado.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações financeiras, pode ser visualizado no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de risco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades de mercado e o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente e os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsável e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco Global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança com segurança.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas à variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas à variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e commodities;

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- *VaR Estressado*: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo

O conglomerado Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O conglomerado Itaú Unibanco, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

## II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada segmento de mercado em que opera e a criação de valor para os acionistas, através da análise do retorno ajustado ao risco.

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, a instituição considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721/09, do CMN, o conglomerado Itaú Unibanco possui estrutura e política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, [Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito](#), que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

## III - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento busca identificar, avaliar, mitigar, monitorar e reportar o risco operacional com a finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Os gestores das áreas executivas utilizam metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, compliance e risco operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento existem fóruns específicos para tratar o assunto de risco operacional, controles internos e compliance onde periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Uma versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser acessada no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, [Relatório de Acesso Público - Risco Operacional](#).



#### IV - Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor limites de risco de liquidez individualmente nos países onde o conglomerado Itaú Unibanco opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do conglomerado Itaú Unibanco, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de aviais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez pode ser visualizado no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

**b) Lei nº 12.973:** em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, que alterou a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, cujos efeitos iniciaram a partir de 01/01/2015, uma vez que a Investimentos Bemge não exerceu a opção da antecipação dos efeitos conforme artigos 75 e 96. Dentre outros assuntos a referida dispõe sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.638/07, alterada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

A referida lei não acarretou efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis da Investimentos Bemge.

# **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos  
Acionistas e Administradores da  
Investimentos Bemge S.A.  
São Paulo - SP**

Examinamos as demonstrações contábeis da Investimentos Bemge S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investimentos Bemge S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 05 de fevereiro de 2015, que não conteve nenhuma modificação.

**São Paulo, 03 de fevereiro de 2016.**

**BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1**

**Jairo da Rocha Soares  
Contador CRC 1 SP 120458/O-6**

# INVESTIMENTOS BEMGE S.A.

CNPJ 01.548.981/0001-79

Companhia Aberta

NIRE 35300315472

## **ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016**

**DATA, HORA E LOCAL:** Em 3.2.16, às 8h, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 7º andar, em São Paulo (SP).

**PRESIDENTE:** Marcelo Kopel.

**QUORUM:** Totalidade dos membros eleitos.

### **DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE:**

Após analisar e discutir as demonstrações financeiras do exercício social de 2015, bem como o relatório da BDO RCS Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, em observância às disposições dos incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução 480/09, da Comissão de Valores Mobiliários, declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela BDO RCS Auditores Independentes; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.15.

**ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 3 de fevereiro de 2016. (aa) Marcelo Kopel – Diretor Presidente; Alexandro Broedel Lopes e Henrique Pinto Echenique – Diretores.

*MARCELO KOPEL*  
*Diretor de Relações com Investidores*